AS POLÍTICAS CURRICULARES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

Dilma Novais Viana Lima
Professora da Rede Municipal de Vitória da Conquista, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0009-0003-9565-6263
Endereço eletrônico: dilmanvlima@hotmail,com

Gardênia Pereira Rocha de Carvalho
Professora da Rede Municipal de Vitória da Conquista, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0009-0008-6349-7436
Endereço eletrônico: gardenia.ceci3107@gmail.com

Palavras-chave: abordagens teórico-metodológicas; educação infantil; políticas curriculares.

INTRODUÇÃO

Este trabalho visou identificar quais as principais abordagens teórico-metodológicas estão presentes nas dissertações e teses brasileiras que tratam sobre as Políticas Curriculares na Educação Infantil no período de 2014 a 2024. O recorte temporal analisado se mostra particularmente relevante por coincidir com a vigência do PNE e a implementação da BNCC, marcos que intensificaram o debate sobre a normatização e a qualidade do currículo nessa etapa da Educação Básica.

Para atingir o objetivo foi realizado um levantamento sistemático no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. O campo de investigação sobre Políticas Curriculares na Educação Infantil demonstrou um notável e acelerado desenvolvimento no período recente. É plausível considerar que esta área se consolidou rapidamente e ganhou força à medida que os pesquisadores passaram a corroborar um interesse cada vez mais acentuado em:

> [...] mapear e discutir uma certa produção acadêmica em diferentes áreas do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses

> de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários, entre outros. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado (Ferreira, 2002, p. 258).

Essa crescente atenção acadêmica tem sido fundamental para situar a Educação Infantil (EI) não apenas como objeto de política pública, mas também como um território de disputa e reflexão crítica, impulsionando a produção de conhecimento que busca desvendar a complexidade da relação entre a norma e o cotidiano.

Partindo dessas considerações seguiu-se com análise do corpus de pesquisa, onde foi possível perceber um mosaico de abordagens críticas e pós-críticas, indicando a complexidade com que a política curricular é abordada. O Ciclo de Políticas, baseado em Ball, Mainardes e Bowe e a Teoria Crítica fundamentada em Saviani, Gramsci, Libâneo e Meszáros.

METODOLOGIA

Foi realizado, conforme mencionado, um levantamento sistemático no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, utilizando os descritores “Política Curricular” *AND* “Educação Infantil”, obedecendo ao recorte temporal estabelecido. Para configuração do corpus de pesquisa foram utilizados critérios de inclusão e exclusão. Após esse rigoroso processo, o *corpus* final de análise foi composto por vinte e cinco (25) trabalhos considerados de alta relevância. Os trabalhos foram organizados para análise observando os seguintes critérios: a) Abordagens Teórica; Metodologias e Eixo de Análise segundo a técnica de análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (1977).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio da exploração do material visando identificar e sistematizar as matrizes teóricas e as estratégias metodológicas empregadas, o mapeamento teórico revelou um mosaico de abordagens críticas e pós-críticas, indicando a complexidade com que a política curricular é abordada. O Ciclo de Políticas, baseado em Ball, Mainardes e Bowe, revelou um referencial frequente para analisar as diferentes etapas da política (produção do texto,

influência e prática). A Teoria Crítica, fundamentada em Saviani, Gramsci, Libâneo e Mészáros, foi mobilizada para a análise da política como expressão das contradições sociais e da reprodução das desigualdades.

Outro pilar significativo observado foi a Teoria Pós-estrutural, abordada por Foucault, com uso recorrente de conceitos como governamentalidade, discurso e poder, para desnaturalizar os textos curriculares. Já a Teoria do Discurso, alicerçada em Laclau e Mouffe, Lopes e Macedo, complementou essa visão, tratando a política curricular como um campo de lutas discursivas. Além disso, a relevância dos estudos da infância, enfatizados por Kramer, Kishimoto, Babosa e Rinaldi, asseguram a centralidade da criança e de sua cultura. Outras referências específicas, como a Psicologia Histórico-Cultural, os estudos pós-coloniais e as contribuições de Derrida, também enriquecem o referencial.

Metodologicamente, há um claro predomínio de pesquisas qualitativas, sendo que o estudo do "prescrito" foi feito por meio de rigorosa análise documental, focando na BNCC, nas DCNEIs e nas propostas curriculares estaduais e municipais. Para a investigação do "vivido", a coleta de dados se estabeleceu de forma diversificada, buscando capturar a voz e a ação dos sujeitos, assim descritos: a) Fontes de Campo constituídos por entrevistas e questionários com gestores, coordenadores e professores; e b) Registros Subjetivos vinculados ao uso de narrativas docentes, cartas pedagógicas, diários e grupo focal (incluindo o uso de encontros virtuais).

Foi possível sintetizar as principais tendências analíticas e os focos de tensão da produção acadêmica recente, cuja interpretação demonstrou a forte presença do referencial de Ball e o Ciclo de Políticas em dissertações e teses, especialmente naquelas que se dedicaram à análise da BNCC. Essa estrutura teórica foi crucial para investigar a implementação e a tradução curricular nos contextos locais (como Varandas, 2022), examinando a política tanto como um discurso quanto como um mecanismo de governamentalidade e política de significação.

Os trabalhos se organizaram majoritariamente em torno de dois eixos centrais: a centralidade da BNCC como principal vetor de normatização curricular e as tensões locais geradas por essa imposição. Assim, a análise revelou a polarização do debate em torno de

questões cruciais, como a contradição entre o currículo como prática cultural (vivido, negociado) versus o currículo prescrito (documental, normativo), bem como a formação docente sendo identificada como um campo de disputa ideológica e política e a permanência da invisibilidade de bebês e a persistente desigualdade de direitos na oferta da EI, temas que demonstram o abismo entre o ideal normativo e a realidade material das creches e pré-escolas.

A análise revela importantes tendências e, sobretudo, aponta para lacunas investigativas cruciais no campo curricular para a educação infantil. A distribuição geográfica dos estudos entre as regiões brasileiras é marcadamente desigual. Os dados mostram a centralização das pesquisas na Região Sul e Sudeste do país, enquanto demonstram minoria na região Nordeste e inexistência nas regiões Norte e Centro-Oeste. Essa disparidade não é apenas estatística; ela tem implicações epistemológicas e práticas. A concentração no Sul e Sudeste gera uma invisibilidade das realidades e dos desafios regionais específicos da EI, especialmente em contextos de menor desenvolvimento ou de maior vulnerabilidade social.

Ao priorizar contextos socioeconômicos e culturais mais homogêneos ou já bem documentados, a academia falha em capturar as nuances da implementação das políticas curriculares em vastas porções do território nacional. Essa lacuna reforça a urgência e a relevância de investigações em contextos locais pouco explorados, como o da presente pesquisa na Bahia, para garantir que as análises sobre política curricular sejam verdadeiramente nacionais e representativas das diversas realidades brasileiras.

Embora os estudos enfatizem o discurso e a formulação das políticas curriculares, eles demonstram uma escassez de abordagens etnográficas e interpretativas. A maioria adota análises qualitativas centradas em documentos, mas não avança na investigação de como as políticas são efetivamente traduzidas na prática pedagógica da EI. Ademais, há uma carência de pesquisas que articulem o plano discursivo das políticas com o plano prático das ações cotidianas, como planejamento, rotinas, interações e concepções docentes.

A maioria das pesquisas focaliza o currículo para a faixa etária de 4 e 5 anos, resultando na invisibilidade das práticas curriculares com bebês e crianças de 0 a 3 anos. Vale ressaltar que essa faixa etária, em que o currículo se constrói pela interação, cuidado e brincadeira, exige ser compreendida em sua concretude.

No tocante às análises locais, constatamos que há poucas pesquisas que exploram as políticas curriculares municipais e os microcontextos de efetivação, o que considera a urgência em investigar o papel dos professores das redes municipais que reinterpretam e ressignificam as políticas no nível local. Observamos também, a existência de pesquisas sobre currículo ou sobre formação de professores, mas raramente esses campos são analisados de modo articulado, ignorando como as políticas curriculares influenciam as culturas profissionais e os modos de ser e agir das docentes.

CONCLUSÕES

A análise revelou, por meio do mapeamento teórico, um mosaico de abordagens críticas e pós-críticas e um claro predomínio de pesquisas qualitativas. Para além disso, interpretação dos dados demonstrou a forte presença do referencial de Ball e o Ciclo de Políticas em dissertações e teses, especialmente naquelas que se dedicaram à análise da BNCC.

O estudo revelou a polarização do debate em torno de questões cruciais, como a contradição entre o currículo como prática cultural versus o currículo prescrito e apontou um vazio investigativo entre o que é prescrito e o que é praticado, uma vez que as pesquisas existentes descrevem as políticas, mas não capturam o modo como elas são apropriadas, traduzidas e ressignificadas nos contextos da EI, demonstrando, portanto, uma lacuna na literatura referente à compreensão das políticas curriculares da EI a partir das práticas e concepções docentes vividas no cotidiano escolar, particularmente em turmas de 0 a 3 anos, contexto ainda pouco explorado no período analisado.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As pesquisas denominadas "estado da arte"**. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257–272, ago. 2002.

VARANDAS, Daniela Nascimento. **Políticas Curriculares de Educação Infantil:** um escrito sobre a Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil na rede municipal de ensino de Salvador. (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Salvador, 2022.